

A Teoria do valor na Economia política clássica e em Keynes

Samuel Kilsztajn

do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política - PUC/SP

Introdução

O paralelo entre os clássicos e Keynes é extremamente elucidativo para o estudo da Economia Política. Desde a formulação do objeto de estudo, até o movimento do sistema econômico, o livre curso entre Smith, Ricardo, Marx e Keynes torna possível ampliar os limites de cada um dos autores. A teoria marxista do fetichismo, como produção para “o outro” nos termos de Smith, introduz o objeto de estudo histórico, a sociedade mercantil, sua produção mediatamente social, o desenvolvimento das formas a partir do valor e o movimento do sistema econômico.

Para esclarecer a postura da Economia Política em relação à teoria do comportamento do consumidor, contrapomos o conceito de rendimentos constantes à lei dos rendimentos decrescentes neoclássica. Depois de destacar a teoria do valor em Keynes, estabelecemos associações entre os agregados marxistas e keynesianos, a taxa de mais valia e a distribuição de renda, a composição orgânica do capital e a relação capital/produto. Ressaltamos também o tratamento dado por Marx ao capital constante, de acordo com a economia moderna, que elimina o efeito da dupla contagem e a depreciação na apuração da renda nacional.

Antes de discutir a lei de tendência, consideramos as hipóteses de composição orgânica homogênea e de período de rotação unitário para diferenciar margem e taxa de lucro. Na análise da lei de tendência, para uma crítica ao modelo de Marx, destacamos a importância da discussão da medida do valor e do comportamento do nível de preços. Finalizamos o artigo fazendo referência ao conceito de trabalho comandado de Smith que, a nosso ver, antecipa, enquanto unidade de medida, o procedimento da economia moderna na transformação do preço nominal em preço real.

A Produção para “o outro” e a Teoria do Fetichismo

A Economia Política, enquanto ciência, nasce

junto ao seu objeto de estudo. Adam Smith escreve e publica a Riqueza das Nações em meio à 1ª Revolução Industrial. Numa sociedade mercantil, o caráter privado da produção social define historicamente o objeto da Economia Política. “...uma vez implantada plenamente a divisão do trabalho, são muito poucas as necessidades que o homem consegue atender com o produto de seu próprio trabalho. A maior parte delas deverá ser atendida com o produto do trabalho de outros...” (Smith, L1, p.63)

A produção autônoma de produtores independentes necessita da mediação do mercado para se tornar social. A questão do valor social do produto do trabalho privado abre um campo novo de análise, e o desenvolvimento das formas, a partir da mercadoria, cria categorias e um sistema lógico que vão constituir o objeto da Economia Política.

Cada produtor decide, autonomamente, o que, quanto, para quem e como produzir. Mas, é o mercado que confere valor social ao produto do trabalho privado. A partir da mercadoria, desenvolvem-se as formas dinheiro e capital com movimento e leis próprias.

Na sociedade mercantil, e na sociedade capitalista, as relações sociais aparecem como relações sociais entre coisas, e “aparecem de acordo com o que realmente são” (Marx, L1, p.82). A produção diretamente social, com relações sociais entre pessoas, não requer ciência econômica porque não apresenta objeto de estudo específico - não há ciência econômica, nem economia, para uma sociedade não-mercantil.

Nas sociedades não-mercantis não há fato, mesmo relativo à produção e à distribuição do produto, que não se resolva na sociologia, política, saúde pública, meteorologia, agronomia, engenharia de produção ou outras ciências. Somente uma sociedade mercantil apresenta fatos econômicos no sentido estrito da palavra e um sistema econômico com leis próprias (ver Rubin e Giannotti).

Numa sociedade com produção diretamente

social, quem planta trigo espera colher trigo; numa sociedade capitalista, quem planta trigo espera colher lucros. Uma máquina alimentada pode produzir sempre o mesmo produto físico; já o valor do produto e o rendimento do capital variam independentemente da produção física da referida máquina (Keynes, p.206).

Mercado, como demanda efetiva, não pode nunca ser identificado com o conceito de necessidades neoclássico. “Distribuição de recursos escassos entre necessidades ilimitadas”, constitui uma definição a-histórica, sem utilidade para um sistema econômico baseado em relações mercantis. Numa sociedade capitalista, os recursos podem estar sendo sub-utilizados e o mercado pode “estar fraco” independentemente das necessidades sociais.

O objeto da Economia Política é o movimento das formas econômicas que nasce a partir das relações de produção mediatamente sociais. Paralelamente, considerar o valor como uma relação social e a economia como um sistema significa, de acordo com a teoria do fetichismo, definir também a participação dos agentes econômicos no sistema em movimento.

Valor, Custos de Produção e a Teoria do Comportamento do Consumidor

Smith, Ricardo, Marx e Keynes não fazem referência alguma ao comportamento da demanda na formação dos preços. Em relação ao conceito de utilidade, Smith afirma que “as coisas que têm mais alto valor de uso freqüentemente têm pouco ou nenhum valor de troca; vice-versa, os bens que têm o mais alto valor de troca muitas vezes têm pouco ou nenhum valor de uso.” (Smith, L1, p.61)

A construção da curva de oferta neoclássica pressupõe rendimentos decrescentes de produção. As curvas de custo médio e marginal são construídas a partir da lei dos rendimentos decrescentes e a curva de oferta é determinada pela curva de custo marginal acima do custo médio.

Para os clássicos, entretanto, os rendimentos são constantes. Depois de dizer que o valor deriva ou da escassez, ou do trabalho, Ricardo ressalta que as mercadorias que derivam seu valor da escassez “...são uma parte muito pequena da massa de artigos diariamente trocados no mercado. Sem dúvida, a maioria dos bens que são demandados é produzida pelo trabalho. E esses bens podem ser

multiplicados não apenas num país, mas em vários, quase ilimitadamente, se estivermos disposto a dedicar-lhes o trabalho necessário para obtê-los.” (Ricardo, p.44)

Como a Economia Política trabalha com rendimentos constantes, às curvas de custos médio e marginal, se fossem traçadas, seriam iguais e paralelas à ordenada das quantidades. Isto significa que, qualquer que seja a curva de demanda, sua interseção com a curva da oferta se daria sempre no mesmo ponto na ordenada dos preços. O preço seria portanto sempre determinado pelos custos de produção que, na teoria neoclássica, incluem o lucro médio como remuneração do capital. Com rendimentos constantes, poderíamos traçar um paralelo entre os custos de produção neoclássicos e os preços de produção em Marx, que somam os custos de produção aos lucros enquanto parte da relação produto/capital pode ser escrita como a soma dos lucros e salários em relação ao capital. A relação lucro/capital, por sua vez, é a taxa de remuneração do capital, tanto para os clássicos, como para Keynes. Vale esclarecer que, tanto para os clássicos, como para Keynes, a relação lucro/capital é uma relação entre o fluxo de renda que remunera o capital e o estoque de riqueza adiantado.

Depois de formulada a teoria do valor, Ricardo, no primeiro capítulo dos Princípios, introduz de forma confusa e insatisfatória o que Marx chamou de “divergências na composição orgânica dos capitais e no tempo de rotação deles”. Caberia a Marx a solução lógica e elegante da transformação dos valores em preços de produção (Marx, L3, parte segunda). Libertos das hipóteses de composição orgânica homogênea e de período de rotação unitário, os valores convertem-se em preços de produção. Paralelamente, os fluxos diferenciam-se dos estoques e a taxa de lucro passa a ser mensurada como uma relação entre fluxo de renda e estoque de capital.

O Capital Constante e a Dupla Contagem

“Uma vez resolvido ler Marx com simpatia, é muito fácil encontrar numerosas similaridades entre ele e Keynes” (Tsuru, p.167). Para a apuração da renda nacional, ensina-se eliminar a dupla contagem (da matéria-prima) e subtrair a depreciação do capital do valor agregado. Nem por isso a escola keynesiana é acusada de não considerar o capital como produtivo.

Quando Marx afirma que o capital constante não cria valor, mas apenas transfere valor ao produto final, o procedimento é exatamente igual ao keynesiano. O capital constante representa os meios de produção distribuídos entre objetos e instrumentos de trabalho, isto é, insumos e equipamentos. Subtrair o capital constante do valor da produção, corresponde a isolar o trabalho vivo como produto líquido distribuído entre salários e lucros líquidos. A subtração dos insumos corresponde à eliminação da dupla contagem; a subtração dos equipamentos depreciados corresponde à transformação do produto bruto em produto líquido ou renda nacional.

Considerando um exemplo em que o capital constante equivale a 410 libras, o capital variável a 90 libras e a mais valia a outras 90 libras, Marx explica: "Sabe-se que o valor do capital constante apenas reaparece no produto. O valor novo realmente gerado no processo é portanto diferente do valor do produto dele saído; esse valor novo não é, como parece à primeira vista, $(c + v) + m$ ou 410 libras + 90 libras + 90 libras, mas $v + m$ ou 90 libras + 90 libras, não é 590 libras, mas 180. Se $c = 0$, se, em outras palavras, houvesse ramos industriais em que o capitalista não tivesse de aplicar meios de produção previamente produzidos, matérias-primas ou materiais acessórios, nem instrumentos de trabalho, mas apenas elementos fornecidos pela natureza e força de trabalho, não haveria nenhuma porção de valor do capital constante a ser transferida ao produto." (Marx, L1, p239)

Margem e Taxa de Lucro

As hipóteses de composição orgânica homogênea e de período de rotação unitário, implícitas na construção lógica da teoria do valor, têm causado séria confusão no meio acadêmico. Considerando-se s , l e K como salários, lucros e estoque de capital adiantado, podemos construir a relação (l/s) $(s/K) = (l/K)$. Estamos evidentemente trabalhando com conceitos análogos à taxa de mais valia, composição orgânica invertida e taxa de lucro.

Se a relação salários/estoque de capital adiantado (s/K) fosse homogênea, a relação lucros/salários (l/s) poderia ser usada como parâmetro para a mobilidade do capital, em substituição à taxa de lucro. Liberta a hipótese de homogeneidade, quanto menor (s/K) , maior tem de ser (l/s) para que a taxa de lucro possa ser uniforme entre os diversos

setores de produção, e vice-versa.

Em linguagem marxista poderíamos dizer que, para uma taxa de lucro uniforme, o setores de maior composição orgânica atraem valor dos setores de menor composição orgânica. Seria conveniente, mesmo em termos marxista, considerar esta atração de valor como um expediente lógico para a transformação dos valores em preços de produção (ver Marx, L3, parte segunda).

O capital se mobiliza em torno da taxa de lucro e não em relação à distribuição do valor agregado entre lucros e salários. Considerando-se que na economia concreta a relação (s/K) é heterogênea, a relação (l/s) também deve ser heterogênea. Utilizando-se este mesmo tratamento para a construção do conceito de margem de lucro, a relação lucros/custos (l/c) é, por força, diferenciada entre os diversos setores de produção, porque a relação custos/estoque de capital adiantado (c/K) também o é. A taxa de lucro é efetivamente o guia para a mobilidade do capital e $(l/c) (c/K) = (l/K)$. Na análise de Sylos Labini, a margem de lucro (q) só pode ser utilizada para comparar empresas de um mesmo setor que tenham a mesma relação custos/estoque de capital adiantado (c/K) . Elevadas relações (c/K) requerem maiores margens de lucro para que a taxa de lucro possa ser igual.

Um exemplo numérico pode ajudar a exposição. Dados dois setores com diferentes relações (c/K) , 0,1 e 0,5, respectivamente:

	(I)	(c)	(K)	(l/c)	(c/K)	(l/K)
1	100	100	1000	100%	0,1	10%
2	100	500	1000	20%	0,5	10%

a margem de lucro do setor 1 deve ser cinco vezes superior à margem do setor 2 para que ambos possam auferir a mesma taxa de lucro.

A Relação Capital/Produto e a Lei de Tendência

A lei de tendência à queda da taxa de lucro, em Marx, é a lei da elevação da composição orgânica do capital invertida. A taxa de lucro cai porque a composição orgânica sobe. A lei de tendência pressupõe, inicialmente, uma taxa de mais valia invariável. Liberta esta condição, Marx afirma que a

elevação da taxa de mais valia “pode retardar a queda da taxa de lucro, mas não eliminá-la”. Mesmo que os trabalhadores “vivessem do ar e não tivessem absolutamente que trabalhar para si mesmo” (Marx, L3, p.285), a elevação da composição orgânica do capital continuaria operando. “A produção capitalista procura sempre ultrapassar esses limites imanentes, mas ultrapassa-os apenas com meios que de novo lhe opõem esses mesmos limites, em escala mais potente.” (Marx, L3, p.287)

Estamos trabalhando portanto com a relação capital/produto ascendente, inexorável para Marx. Esta seria a contradição básica entre o trabalho e o capital. O capital não se contrapõe ao trabalho na distribuição da renda refletida na taxa de mais valia (ver Marx, L1, c.23), mas enquanto trabalho morto em processo de expansão às custas do trabalho vivo. Trabalho morto, enquanto capital, e trabalho vivo, enquanto produto ou simplesmente trabalho - esta é a contradição básica entre o capital e o trabalho ou, na linguagem keynesiana, entre capital e produto. O trabalho não pode manter a taxa de remuneração do capital porque Marx considera inexorável a elevação da composição orgânica.

Em artigo recente, introduzi a questão da medida do valor e do comportamento do nível de preços na lei de tendência e na composição orgânica do capital. O argumento básico é que a teoria do valor em Marx traz, de forma implícita, um sistema deflacionário. Os valores caem quando a produtividade se eleva - e os valores são medidos na forma dinheiro, medida universal do valor. Enquanto o denominador da relação capital/produto segue a lei do valor, o numerador, por definição, deve expandir-se. É nesta expansão que o dinheiro se transforma em capital. O modelo de Marx estaria portanto comprometido com o comportamento do nível de preços (ver Kilsztajn).

A Questão da Medida do Valor

Gostaria por fim de introduzir a questão da medida do valor através de uma nova leitura de Smith. Smith é acusado por Ricardo de confundir trabalho contido com trabalho comandado (Ricardo, p.45). Numa economia mercantil simples, trabalho contido e trabalho comandado seriam iguais. Numa economia capitalista, o trabalho contido corresponderia ao valor agregado líquido e o trabalho comandado ao salário.

Entretanto Smith, depois de considerar o trabalho

como substância do valor, apresenta um corte lógico em busca de uma medida de valor enquanto forma. Por razões históricas, considera o dinheiro, a mercadoria-ouro, uma medida insatisfatória para o longo prazo. Os metais estavam se desvalorizando em relação ao trigo, “a descoberta das minas da América diminuiu o valor do ouro e da prata na Europa.(...) As rendas que foram reservadas em trigo conservaram muito melhor seu valor do que as reservadas em dinheiro, mesmo que não tenham ocorrido mudanças na denominação do dinheiro.” (Smith, L1, p.66)

Rejeitado o ouro, Smith passa a considerar o trigo ou o trabalho comandado, não como alternativa à substância do valor, mas como alternativa ao dinheiro enquanto forma de manifestação do valor. Marx também usa duas medidas, uma enquanto substância, outra enquanto forma. “O dinheiro, como medida de valor, é a forma necessária de manifestar-se a medida imanente do valor das mercadorias, o tempo de trabalho.” (Marx, L1, p.106)

Marx utiliza-se do dinheiro porque o século XIX assistia queda no nível de preços. Smith, ao contrário, tinha atrás de si séculos de inflação (para os índices de preços na Inglaterra ver BOWDEN). O expediente de Smith é hoje largamente utilizado sem maiores controvérsias. Os índices de inflação, apurados através de cestas básicas ou generalizadas, são uma extensão do conceito do trigo ou trabalho comandado criado por Smith. Todos os valores considerados hoje, tanto na economia moderna, como no mercado para as decisões de investimentos, são apurados através da transformação do preço nominal em preço real - e este conceito nós devemos a Smith.

Conclusão

Gostaria de concluir reforçando a utilidade de contrapor os autores clássicos entre si e com Keynes. O corte analítico de Keynes reproduz o corte clássico e pode conduzir a uma releitura da obra de Marx enquanto economista. Ao mesmo tempo, retroagindo, a releitura de Smith permite reinterpretar a lei de tendência sob a ótica da medida do valor, com a utilização dos conceitos de valor nominal e valor real. Por último, a noção do valor como uma relação social, de acordo com a teoria do fetichismo, torna possível delimitar o campo da ciência econômica e definir a atuação dos agentes econômicos no sistema em movimento.

Bibliografia

- BOWDEN, W. et al. *An economic history of Europe since 1750*. Nova York: AMS, 1970.
- GIANNOTTI, J. *Trabalho e Reflexão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- KEYNES, J.M. *Teoria geral*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.
- KILSZTAJN, S. "A relação capital/produto na economia política clássica". In *Revista de Economia Política*, nº 1, 1995.
- LABINI, P.S. *Oligopólio e progresso técnico*. São Paulo: Abril, 1984.
- MARX, K. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril, 1982.
- RUBIN, I.I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril, 1983.
- TSURU, S. "Keynes 'versus' Marx: a metodologia dos agregados". In Horowitz, D. *A economia moderna e o marxismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

Resumo

O artigo traça um paralelo entre a teoria do valor de Smith, Ricardo, Marx e Keynes: parte da teoria do fetichismo; discute o conceito de rendimentos constantes; destaca o corte analítico clássico e keynesiano; compara o conceito de capital constante de Marx e o efeito da dupla contagem na apuração da renda nacional; diferencia margem e taxa de lucro e, por fim, rediscute a lei de tendência de Marx com a introdução do conceito de trabalho comandado de Smith.

Abstract

The paper discuss the theory of value in Smith, Ricardo, Marx and Keynes: the theory of fetishism; constant revenue; the classical and keynesian analytical approach; the similiarity between the concept of constant capital in Marx and the effect of double counting in national accounts; margins and profits rates and, finally, Marx's falling rate of profit with the introduction of the concept of Smith's commanded labor.